

Condições para superação da crise

José Antonio García López

Os graves desajustes e desequilíbrios em que se encontram as economias caracterizadas



por fortes e acelerados processos inflacionários, crescentes déficits públicos, distorção na destinação dos recursos, excessivo intervencionismo do Estado no funcionamento da economia e má distribuição da riqueza encontram suas origens em grande parte na aplicação de sucessivas políticas econômicas de fácil conteúdo que não quiseram ou não puderam resolver os problemas básicos que constituíram a razão fundamental da difícil situação atual em que se encontram, caracterizada pela hiperinflação e o estancamento ou o que pode ser chamado de "stagflation". Com frequência, se quis enfrentar o fenômeno mediante o que se veio chamando de "choques heterodoxos", que consistiam mais em pretender fazer possível o impossível do que assentar as bases do que deveria ser uma economia mais saneada, estável e competitiva. Resultado de tudo isso foi que, em todos aqueles países que aplicaram atuações desse tipo, a situação econômica piorou paulatinamente até desembocar em rápidos processos de hiperinflação, monetização da economia de caráter especulativo e deterioração do nível de vida, até o ponto que como resposta ao que em princípio poderia ter-se ca-

talogado como um grave erro de atuação em matéria econômica, levou os respectivos governos à aplicação de políticas ortodoxas de combate à inflação e diminuição do déficit público baseadas em políticas monetárias restritivas, políticas orçamentárias e fiscais de controle e redução do déficit público e políticas de salários e preços que impeçam uma explosão maior da crise emergente. Entretanto, se vier uma política de ajuste a curto prazo baseada nesses pressupostos, isso possivelmente se faça necessário para resolver em um horizonte próximo os problemas expostos, não pode ser considerada como suficiente na medida em que não ataca as causas que estão subjacentes ao mau funcionamento da economia e, portanto, nas condicionantes que determinam a grave situação de crise que caracteriza esses países. Uma política ortodoxa a curto prazo, como a descrita, só servirá para ministrar a terapia que exige o corpo social, para evitar em seu início os sintomas perversos que denotam o mau funcionamento do sistema econômico e os efeitos consequentes, mas de nenhum modo para enfrentar as causas últimas que o condicionam. Para atacar em profundidade as causas que estão originando o mau funcionamento da economia, requer-se como suposto incontestável a aplicação ao mesmo tempo de uma determinada e, na maioria dos casos, impopular política de saneamento e reforma que ataque as causas últimas dos problemas.

Pretender que uma grave crise e situação econômica podem superar-se mediante medidas que não entram grandes custos é a maior prova e garantia de que não existe vontade política de sua superação. Pelo contrário, se junto a um plano de atuação a curto prazo se desenha e programa todo um conjunto de medidas que contemplam como aspectos básicos e essenciais os obstáculos que condicionam o mau funcionamento da economia, tudo parece indicar que se estão assentando as bases definitivas para superar a crise e encaminhar o país a novos caminhos de crescimento, competitividade e modernização.

Sobre este particular, aspectos tais como uma nova política industrial que desligue os setores produtivos da intervenção do Estado em matéria de subsídios, interferência econômica ou excessivo protecionismo, uma reforma fiscal de caráter progressivo que permita ao Estado dispor dos recursos suficientes para atender às necessidades sociais que lhe são próprias, uma liberação paulatina e progressiva da economia e do comércio exterior com critérios seletivos que permita incorporar maior competência e a disponibilidade da tecnologia e inputs pertinentes para a modernização do país, uma reforma administrativa de elevado alcance que possibilite uma atuação do setor público mais eficaz e racional, assim como uma delimitação do papel do Estado.

Sobre o assunto, a consideração de políticas de reconversão e reindustriali-

zação daqueles setores que, sob o excessivo patrocínio do Estado, acabaram sendo improdutivos ou pouco rentáveis ao país, salvo se recebe a ajuda e o apoio do próprio setor público, a privatização de empresas públicas quando a natureza da atividade ou o mecanismo do livre jogo de mercado resulte ser a melhor opção para seu funcionamento, a reforma fiscal justa e progressiva como instrumento de distribuição de renda e riqueza e ao mesmo tempo de arrecadação de recursos para o Estado, a reforma administrativa como condição indispensável para melhorar a atuação e eficiência do setor público na gestão e administração dos recursos, a liberação seletiva e paulatina da economia e do próprio setor externo como condição indispensável para incorporar ao sistema os necessários componentes de competitividade que o melhor funcionamento do sistema econômico exige, ou as reformas do sistema financeiro, setor agrário, etc., constituem sem dúvida os supostos básicos de atuação de toda política que contemple com certa dose de credibilidade a superação da crise econômica que estão atravessando os países imersos e que exige sem dúvida elevados custos e sacrifícios do ponto de vista social, muito longe de todas aquelas políticas e programas que fundamentam a solução dos problemas sobre medidas populares que prometem êxitos sem sacrifícios.

José Antonio García López é conselheiro econômico e comercial da Embaixada da Espanha.